



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
1ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-648 - SP

TERMO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO, DEBATES E JULGAMENTO

Processo nº: **0000303-42.2016.8.26.0555**
 Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto Qualificado**
 Documento de Origem: **BO, OF, IP-Flagr. - 4064/2016 - DEL.SEC.SÃO CARLOS PLANTÃO, 2070/2016 - DEL.SEC.SÃO CARLOS PLANTÃO, 322/2016 - 2º Distrito Policial de São Carlos**
 Autor: **Justiça Pública**
 Réu: **EDSON TADEU SOARES**

Réu Preso

Aos 07 de março de 2017, às 13:30h, na sala de audiências da 1ª Vara Criminal do Foro de São Carlos, Comarca de São Carlos, Estado de São Paulo, sob a presidência do MM. Juiz de Direito Dr. **Carlos Eduardo Montes Netto**, comigo Escrevente ao final nomeada, foi aberta a audiência de instrução, debates e julgamento, nos autos da ação entre as partes em epígrafe. Cumpridas as formalidades legais e apregoadas as partes, verificou-se o comparecimento do Dr. Luiz Carlos Santos Oliveira, Promotor de Justiça, bem como do réu **EDSON TADEU SOARES**, devidamente escoltado, acompanhado da defensora, Dra. Amanda Grazieli Cassiano Diaz, Defensora Pública. Iniciados os trabalhos foram inquiridas a vítima Leandro Hermenegildo Soares Gonçalves e as testemunhas de acusação Luiz Manoel de Lima e Leandro Furiato, sendo o réu interrogado ao final, tudo em termos apartados. A colheita de toda a prova (depoimentos da vítima, das testemunhas e interrogatório do acusado) foi feita através de gravação em mídia digital, nos termos dos Provimentos nº 866/04 do Conselho Superior da Magistratura e 23/04 da Corregedoria Geral de Justiça, com as alterações previstas na Lei nº 11419/06, sendo impressas as qualificações de todos em separado e anexadas na sequência. Estando encerrada a instrução o MM. Juiz determinou a imediata realização dos debates. **Dada a palavra ao DR. PROMOTOR:** MM. Juiz: O réu foi denunciado como incurso na sanção do art. 155 § 4º, I e art. 14, II do CP, porque teria tentado subtrair um cavalo e gado de propriedade da vítima. a ação penal é procedente. A vítima foi ouvida e disse que ouviu barulho e viu o réu vindo de um lado da cerca e correndo no meio do curral tentando laçar um gado; disse que foi até o local e viu que a cerca estava rompida com alicate e um cavalo já estava amarrado do outro lado separado; disse que entrou em luta corporal e acabou com a ajuda de um vizinho detendo o réu. Não há porque se duvidar da palavra da vítima, a qual não teria motivos para inventar esses fatos, mesmo porque os policiais foram ouvidos e confirmaram em parte sua versão, exatamente no ponto em que puderam observar a cerca cortada e que o réu portava cordas e instrumentos cortantes. Ademais, estivesse ele procurando um animal de sua propriedade, ou seja, estivesse de boa fé, o normal seria que ele tivesse relatado este fato ao delegado de polícia, por ocasião do flagrante, mas naquela ocasião manteve-se em silêncio, conduta típica de quem deve algo. O contexto não resta dúvida quanto a autoria e materialidade, cujo laudo de rompimento foi encartado nos autos. Isto posto, requeiro a condenação do réu nos termos da denúncia. A pena-base deve ser majorada na segunda fase em razão da reincidência, podendo a diminuição pela tentativa ser feita pela metade, uma vez que ele estava no estágio adiantado da execução. Como não se trata de reincidente específico, parece ser mesmo o caso de substituir a pena privativa de liberdade por restritiva de direito, nos termos do art. 44 do CP, fixando-se regime semiaberto para o caso de revogação da substituição, em face da reincidência. **Dada a palavra À DEFESA:** MM. Juiz: Adoto o relatório do Ministério Público. A defesa requer a absolvição do acusado com



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

1ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-648 - SP

fundamento no art. 386, VII, do CPP. O acusado negou os fatos a ele imputados, narrando que estava no local à procura de um cavalo seu, esclarecendo que os materiais com ele encontrados se destinavam a outros fins, não tendo relação com o fato de estar naquele local. Narrou que não pretendia furtar qualquer animal pertencente à vítima. Milita em favor do acusado a presunção de inocência plasmada na Constituição Federal, motivo pelo qual somente pode infirmar a sua negativa prova robusta em sentido contrário a ela. Contudo, no caso dos autos, existe apenas a versão unilateral da vítima, eis que os policiais militares hoje ouvidos narraram que quando chegaram ao local o acusado já estava detido pelo ofendido, nada tendo visto a respeito de eventual tentativa de subtração. É certo que a vítima não teria motivos para prejudicar o acusado, contudo, ela mesma narrou que desceu até onde estava o réu em razão de ter visto vultos, não tendo visto o acusado amarrando o cavalo. Narrou, por outro lado, que o alicate apreendido não estava na posse do acusado, mas sim no chão. Esclareceu a vítima, ainda, que outras pessoas entram ocasionalmente no local. Diante da narrativa do ofendido, pode-se concluir que outras pessoas podem ter entrado no local e amarrado o cavalo em questão. Em outras palavras, a narrativa da vítima não contraria a versão do acusado, pois apenas presumiu o ofendido que o acusado lhe estava furtando após ver aquele cenário. Desta forma, lembrando novamente que o acusado faz jus à presunção de inocência, requer-se a absolvição do réu. Não sendo este o entendimento, requer-se a imposição de pena-base no mínimo legal, e no tocante à terceira fase da dosimetria, requer-se a diminuição em razão da tentativa no grau máximo, pois o iter criminis percorrido foi mínimo. Com efeito, o ofendido narrou que os animais, até mesmo o cavalo, permaneceram a todo o tempo dentro de sua área, de forma que não se pode entender que o acusado teria avançado nos atos da execução. Requer-se também a imposição de regime diverso do fechado, e a substituição da pena privativa de liberdade por penas restritivas de direitos nos termos do art. 44 § 3º do C.P. Em seguida, pelo MM. Juiz foi dito que passava a proferir a seguinte sentença: **VISTOS. EDSON TADEU SOARES**, RG 25.672.313, qualificado nos autos, foi denunciado como incurso nas penas do artigo 155, § 4º, inciso I, c.c. o art. 14, II, ambos do Código Penal, porque no dia 28 de dezembro de 2016, por volta das 22:10h, em uma propriedade rural localizada na rua Luiz Arnaldo Wenzel nº 61, Vila Bela Vista, nesta cidade, EDSON, mediante rompimento de obstáculo, tentou subtrair para si um cavalo, a ser avaliado, de propriedade da vítima Leandro Hermenegildo Soares Gonçalves Filhos. Segundo foi apurado, na ocasião, o indiciado foi até a propriedade rural da vítima, com o intuito de subtrair animais; no local, usando um alicate, cortou uma cerca onde ficam os animais e, visando subtraí-lo, amarrrou um cavalo; em seguida, correu atrás de um gado, quando foi avistado pela vítima que estava sentada na sacada. A vítima foi até o pasto e, com o auxílio de um vizinho, conseguiu deter o denunciado, chamando a polícia. Polícias foram até o local e prenderam em flagrante o indiciado. Assim, Edson Tadeu Soares não conseguiu consumir a subtração do animal, por circunstâncias alheias à sua vontade. O réu foi preso em flagrante sendo a prisão do mesmo convertida em prisão preventiva (pág. 73). Recebida a denúncia (pág.82), o réu foi citado (pág.104) e respondeu a acusação através do defensor público (pág. 117/118). Sem motivos para a absolvição sumária designou-se audiência de instrução e julgamento realizada nesta data, quando foram ouvidas uma vítima e duas testemunhas de acusação e o réu foi interrogado. Nos debates o Dr. Promotor opinou pela condenação nos termos da denúncia e a Defesa requereu a absolvição ou a concessão de benefícios na aplicação da pena. **É o relatório. DECIDO.** Procede a acusação. Materialidade positivada pelo auto de prisão em flagrante, auto de exibição e apreensão de fls. 27, laudo de fls. 113/115, demais documentos e prova oral. A autoria é certa. Na fase policial, o acusado optou pelo silêncio. Ouvido nesta data, negou a tentativa de furto e disse que estava no local em busca de um animal que não pertencia à vítima. Confirmou que tinha objetos consigo que seriam utilizados para matar um porco em outra propriedade. A vítima, ouvida nesta data, confirmou que viu um vulto e que, ao se aproximar do local em que havia avistado o vulto, surpreendeu o acusado, que não soube explicar o que estaria fazendo no local.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

1ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-648 - SP

Acrescentou que uma das cercas da sua propriedade havia sido cortada e que o réu trazia consigo objetos para matar e desossar animais, além de um alicate. Chegou a deter o acusado no local com a ajuda de um vizinho. Em reforço, foram os depoimentos prestados pelos policiais militares que confirmaram que quando chegaram ao local o réu estava detido e a localização dos objetos mencionados pela vítima na posse do acusado. Além disso, a própria vítima mencionou que o réu já havia amarrado um cavalo, quando foi surpreendido por ela. A versão do réu em nenhum momento foi confirmada por qualquer outra prova produzida nos autos, restando completamente isolada. Pelo exposto e por tudo mais que dos autos consta, **JULGO PROCEDENTE A DENÚNCIA para condenar o réu por tentativa de furto qualificado.** Observando todos os elementos que formam os artigos 59 e 60 do Código Penal, fixo a pena-base no mínimo legal de dois anos de reclusão e pagamento de onze dias-multa. Reconheço a agravante da reincidência (fls. 108) e aumento a pena para dois anos e quatro meses de reclusão e pagamento de onze dias-multa. Na terceira fase, reduzo as penas em metade, diante do *iter criminis* percorrido pelo acusado, que danificou uma cerca, chegou a separar um dos animais e entrou em luta corporal com a vítima, perfazendo a reprimenda um ano e dois meses de reclusão e pagamento de 5 dias-multa. CONDENO, pois, **EDSON TADEU SOARES** à pena **de um (1) ano e (2) meses de reclusão e cinco (5) dias-multa, no valor mínimo, por ter transgredido o artigo 155, § 4º, inciso I, c.c. artigo 14, inciso II, ambos do Código Penal.** Preenchidos os requisitos legais, diante da ausência de reincidência específica, substituo a pena privativa de liberdade por prestação de serviços à comunidade e no pagamento de dez dias-multa, no piso mínimo. Diante da reincidência não específica, fixo o **regime semiaberto** para a hipótese de conversão da pena restritiva de direito. Em razão deste resultado, expeça-se alvará de soltura em favor do réu. Deixo de responsabilizá-lo pelo pagamento da taxa judiciária por ser beneficiário da assistência judiciária gratuita. Destrua-se o objeto apreendido. Dá-se a presente por publicada na audiência de hoje, saindo intimados os interessados presentes. Façam-se as comunicações. **NADA MAIS.** Eu, _____, (Eliane Cristina Bertuga), escrevente técnico judiciário, digitei e subscrevi.

MM. Juiz(a): (assinatura digital)

Promotor(a):

Defensor(a):

Ré(u):